



REP's - Revista Even. Pedagóg.

úmero Regular: Matemática e suas interfaces com o ensino

Sinop, v. 13, n. 2 (33. ed.), p. 316-325, jun./jul. 2022

ISSN 2236-3165

<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo de caso¹

THE INCLUSION OF CHILD WITH CEREBRAL PALSY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: a case study

Sandra Maria de Araújo Nascimento

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise do processo de inclusão de uma criança com paralisia cerebral na educação infantil. O embasamento teórico deu-se a partir dos seguintes autores: Roque Strieder, Rose Zimmermann e Maria Teresa Eglér Mantoan. A metodologia utilizada foi Estudo de Caso, com observação *in loco* do ambiente escolar e da relação desta criança com seus pares, bem como informações coletadas com a sua mãe para melhor compreender o histórico desta criança. Concluiu-se que a educação inclusiva deve se dar mediante o apoio pedagógico aos docentes, com material e estrutura física adequada, além de capacitação, para que assim, os mesmos possam auxiliar no desenvolvimento do aluno que necessita de atenção especial.

Palavras-chave: Inclusão. Paralisia Cerebral. Prática Docente.

¹Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A inclusão da criança com paralisia cerebral na Educação Infantil: um estudo de caso**, sob a orientação da Mestra Maria Angélica Dornelles Dias, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, 2021/2.

ABSTRACT²

This article aims to present an analysis of the process of inclusion of a child with cerebral palsy in early childhood education. The theoretical basis was based on the following authors: Strieder and Zimmermann Maria Teresa Eglér Mantoan. The methodology used was case study, with on-site observation of the school environment and the relationship of this child with his peers, as well as information collected from his mother to better understand the history of this child. It was concluded that inclusive education must be given through pedagogical support to teachers, with material and adequate physical structure, in addition to training, so that they can assist in the development of the student who needs special attention.

Keywords: Inclusion. Cerebral Palsy. Teaching Practice.

Correspondência:

Sandra Maria de Araújo Nascimento. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), Câmpus de Sinop, Mato Grosso, Brasil.

E-mail: sandra.maria@unemat.br

Recebido em: 8 de junho de 2022.

Aprovado em: 21 de junho de 2022.

Link/DOI: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/6329/4658>

1 INTRODUÇÃO

A Paralisia Cerebral (PC) é um composto de desordens ou lesões neurológicas que causam limitações ao sistema nervoso, podendo afetar o desenvolvimento físico e em alguns casos o cognitivo. Conforme afirma Rotta (2002), o atraso motor, na maioria das vezes, pode vir acompanhado de alterações de comunicação, cognição, percepção, comportamento, funções sensoriais e crises convulsivas. Em casos que a PC afeta apenas a parte motora do corpo, esta criança terá apenas dificuldades relacionadas a locomoção, estando preservada sua

² Resumo traduzido pela professora Priscila Ferreira de Alécio Graduação em Letras, Língua portuguesa e Língua Inglesa pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestra em Letras pela UNEMAT e Doutoranda em Estudos da Linguagem PPGEL UFMT, campus de Cuiabá.
E-mail: priscila.f.a.lettras@gmail.com

cognição. As crianças com problemas motores têm a mesmas possibilidades de se beneficiar da educação como qualquer outra criança, bastando que a escola lhe ofereça as condições necessárias que sua condição física requer (BRASIL, 2006).

O presente artigo apresenta um Estudo de Caso realizado com objetivo de analisar o processo de inclusão de uma criança com Paralisia Cerebral em um Centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Sinop/MT, buscando discutir e refletir sobre seus direitos e quais os reais empecilhos que conduzem ao afastamento da criança com deficiência do ambiente de ensino comum, bem como analisar qual o papel da família na dinâmica da inserção e inclusão da criança com paralisia cerebral diplegia na escola.

Sobre o desenvolvimento metodológico da pesquisa, o caminho trilhado foi um estudo de caso, o qual se fez por meio de observação em sala de educação infantil, observando-se uma criança de 03 (três) anos de idade com paralisia cerebral diplegia, e entrevista com sua respectiva genitora.

A presente pesquisa foi realizada na Cidade de Sinop MT, no ano de 2020/2021. Por determinado período, observou-se a rotina da desta aluna, bem como seu processo de inclusão, os obstáculos encontrados e metodologias aplicadas para a devida inclusão desta.

2 PARALISIA CEREBRAL

A paralisia cerebral descreve um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuídos a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo causar limitações no desempenho e funcionalidade da pessoa. Os sintomas da PC incluem reflexos exagerados, membros flexíveis ou rígidos e movimentos involuntários, ocorrendo desde os primeiros anos de vida (MONTEIRO, 2015).

A desordem motora na Paralisia Cerebral pode ser acompanhada por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas musculoesqueléticos secundários (ROSENBAUM et al., 2006). Estes distúrbios nem sempre estão todos presentes em uma mesma pessoa, podendo acontecer de forma isolada ou combinada quando ocorrem outras

áreas afetadas e não só a física, podendo ser minimizados com a utilização de tecnologia assistiva adequada à pessoa com paralisia cerebral (DURCE, 2006).

Destacamos que é de suma importância que os pais ou responsáveis saibam da necessidade do diagnóstico precoce da Paralisia Cerebral, principalmente nos casos em que houver pre maturidade no nascimento, para que essa criança receba atendimento de estimulação precoce o mais cedo possível.

Quanto ao diagnóstico a Paralisia Cerebral, Monteiro (2015 p. 39) afirma que:

O diagnóstico da PC baseia-se numa história clínica bem minuciosa da gestação, do período perinatal e dos primeiros anos de vida, questionando sobre os possíveis fatores de risco nos três períodos; detalhamento do desenvolvimento neuropsicomotor, história familiar, consanguinidade entre os genitores e casos semelhantes na família; e um exame neurológico cuidadoso da criança.

Vale salientar que o diagnóstico de Paralisia Cerebral não é tarefa das mais fáceis. Esse diagnóstico deve ser feito por uma equipe multidisciplinar e, para os autores citados anteriormente, não é descartada a hipótese de que a criança com PC precise de acompanhamento constante.

Segundo Camargo (1999), os profissionais que integram a equipe multidisciplinar de reabilitação em PC são: fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. É de suma importância que os profissionais de saúde estejam interligados, para que possam contribuir de forma significativa, na reabilitação de uma pessoa com Paralisia Cerebral.

Por sua vez, o pedagogo especializado em Educação Especial é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança com deficiência. Espera-se deste profissional o conhecimento científico necessário para que as estratégias de ensino adotadas gerem um resultado positivo. Infelizmente, nem todos os professores tem conhecimento sobre as especificidades dos alunos com deficiência para que seja realizado o atendimento das necessidades específicas em sala de aula comum (MELO e MARTINS 2007).

Como podemos perceber, é de suma importância a assistência da criança por uma equipe especializada para que esta, juntamente com a equipe escolar, possa desenvolver e promover a inclusão da criança com deficiência de forma eficaz.

2.2 Educação Inclusiva

Existe um vasto aparato legal que garante a educação da pessoa com deficiência. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) que, em seu art. 54, III, afirma que: “é dever do estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Em 2015 foi sancionada a Lei nº 13.146 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu artigo primeiro traz: “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015)

A inclusão tem por premissa a transformação dos sistemas de ensino nos aspectos de estruturas arquitetônicas, filosófico, pedagógico e, na concepção dos educadores para reconhecer e acolher as diferenças.

De acordo com Strieder e Zimmermann (2000, p. 146):

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Para estes autores inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade.

Segundo Mantoan (2004, p. 31), [...] no processo de inclusão; nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. Na concepção da autora, a diferença deve ser vista como uma oportunidade de aprendizado.

Ressalta Martins (2003), que a inclusão é um processo participativo, dinâmico e envolvente, com ação educativa profundamente social, visa aprender a conviver

com a diferença, enriquecendo-se reciprocamente, intercomunicação, respeito e aceitação do outro.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (2001), preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais..

Foi realizado o Estudo de Caso de uma criança de três anos com Paralisia Cerebral inserida em um centro de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Sinop, observada em contexto de uma turma de vinte crianças da mesma idade. Faz uso de andador.

A criança é do sexo feminino, com 03 anos de idade com paralisia cerebral diplégica, que frequentava educação infantil de uma escola pública do município de Sinop/MT. Essa criança deambula com andador, tem uma auxiliar exclusiva em sala de aula, recebe atendimento na sala de AEE em período oposto e faz reabilitação em clínica especializada desde os três meses de idade com profissionais de fisioterapia, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psicólogo, terapeuta ocupacional e musicoterapeuta. A criança observada iniciou seu processo de escolarização na rede pública de ensino aos 12 meses de idade.

Esta criança conta com o apoio de uma cuidadora que cuida apenas dela. Fora observado como é o convívio da criança deficiente com as demais crianças e professora/monitoras dentro e fora de sala.

Como instrumento de estudo, realizamos observação, e o registro do comportamento da criança junto a seus colegas e atividades pedagógicas foi feito em um diário de campo. É um documento que apresenta um caráter descritivo – analítico, investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas. O diário consiste em uma fonte inesgotável de construção e reconstrução do conhecimento profissional e do agir de registros quantitativos e qualitativos[...] (LEWGOY, ARRUDA, 2004, p. 123-124)

A aluna analisada no estudo de caso possui seu cognitivo totalmente preservado, assim, sua comunicação oral é perfeita. Contudo, é interessante mencionar que nos casos em que houver dificuldade de comunicação os

professores poderão se valer de métodos simples para facilitar a interação com o aluno.

No caso em análise, a criança com paralisia cerebral também precisa de um cuidador que a ajude a ir ao banheiro ou a tomar o lanche. Ressalto que a todo momento, mesmo com a ajuda de seu cuidador, todos da escola buscam estimular a autonomia da criança, respeitando suas dificuldades e explorando seus potenciais.

No momento de propor às brincadeiras e atividades na área externa da escola, a professora reconhece a competência da criança e em nenhum momento deixa de interagir com a mesma, fazendo com que ela sinta inserida no meio dos demais colegas, seja no parque de areia, pula-pula, no escorregador e em todos os ambientes necessários para seu aprendizado. Segundo a opinião da professora, inclusão é oferecer as mesmas oportunidades de acesso, garantir a participação igualitária de todos na sociedade.

Durante a observação, percebi que há falta de recursos adequados, acessibilidade, calçadas, corredores com rampas e banheiros, porém, a professora está preparada para garantir a inclusão dessa criança em sala de aula, interagindo e fazendo atividades para todos. Foi possível constatar que mesmo com o discurso da inclusão na ponta da língua, muitos professores têm receio em receber alunos com deficiência, pois alegam falta de estrutura e acessibilidade.

E, mediante conversa com a docente, foi possível observar que a mesma acredita que o mais importante para uma criança com qualquer tipo de deficiência não é aprender todo o conteúdo que as demais crianças de sala de aula regular, mas sim ter a oportunidade de participar de ter autonomia, pois em sala regular de ensino incluir é possibilitar que a criança com deficiência passe pelos mesmos processos com os demais colegas.

Diante do vivenciado pelo estudo de caso, percebemos que mesmo tendo se passados mais de trinta anos das primeiras garantias a inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino, esta ainda não está apta a receber os alunos com deficiências.

Verifica-se que o processo de inclusão ainda caminha a passos estreitos, porém temos tido grandes avanços no campo das garantias legais.

Verificamos que a sociedade está atenta aos termos abordados tendo sempre uma visão ampliada para que não retroajam nos direitos já obtidos e para que nunca mais haja escolas segregadoras como ocorrera no passado.

Consideramos que o processo de inclusão é algo diário e contínuo, que apesar de passados mais de trinta anos das primeiras garantias no Brasil ainda é extremamente precária as condições de inserção das pessoas com deficiências na rede de ensino seja ela pela falta de estrutura física ou por falta de qualificação profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado que existem mudanças nas políticas de inclusão, percebemos que elas remetem os educadores à necessidade de formação continuada principalmente dos professores para exercerem tal função, tendo em vista que esta especialização é primordial para que haja realmente uma prática docente efetiva e assistida de modo coerente, rumo ao processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência de qualidade.

Percebemos que os professores se sentem desamparados e despreparados para oferecerem atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais. Assim, não só os professores, mas toda equipe pedagógica possui uma preocupação em torno de que tipo de formação atenderia esse déficit.

As dificuldades expostas como falta de recursos didáticos, de uma formação continuidade dos docentes e falta de investimento para tal formação nos conduz a reflexão de que a educação inclusiva é um processo prolongado e que precisa da participação de todas as esferas que cercam a formação dessas crianças. Essa pesquisa foi centralizada no aluno, no professor e na prática pedagógica através de observações e da aplicação do questionário que realçou os entraves para uma inclusão mais qualitativa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio da Universidade do Estado de Mato Grosso na realização de minhas atividades como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, no período de 2018 a 2020.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 julho 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- CAMARGO, S. **Manual de ajuda para pais de crianças com paralisia cerebral**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Pensamento, 1999.
- DURCE, K., et al. A atuação da fisioterapia na inclusão de crianças deficientes físicas em escolas regulares: uma revisão de literatura. **Revista o Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 156-159, 2006. Disponível em: http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/34/atuacao_fisioterapia.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022
- LEWGOY, A.M.B.; ARRUDA, M.P. Novastecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. **Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social**, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130.
- MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Direito da Educação**, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.
- MARTINS, L. A. R. **A inclusão escolar do portador da síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal: Editora da UFRN, 2003.
- MELO, F. R. L. V.; MARTINS, L. A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/v8LqWjky4kZ5tZ74vyNkLVG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- MINAYO, M. S. (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MONTEIRO, C. B. M. **Paralisia cerebral: teoria e prática**. São Paulo: Plêiade, 2015.

ROTTA, N. T. Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas. **J. pediatr.**, Rio de Janeiro, n. 78 (suplemento 1), p. S48-S54, jul. 2002. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-318843>. Acesso em: 7 jun. 2022

ROSENBAUM, P., et al. A report: the definition and classification of cerebral palsy. **Developmental Medicine and Child Neurology**, [S.l.], v. 49, n. 2, p. 8-14, 2007.

STRIEDER, R. ZIMMERMANN, R. L. G. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. **Cadernos de pesquisa: Pensamento educacional**, v. 5, n. 10, mai./ago 2010. Disponível em:

https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf.

Acesso em: 13 jan. 2021